

## SISTEMAS DE ESPAÇOS VERDES NOS CENTROS URBANOS

O ordenamento artístico dos espaços exteriores e o papel por eles desempenhado nas cidades, sendo reflexo dos gostos e costumes da sociedade, responde às necessidades sentidas pelas populações de usufruírem de áreas agradáveis de lazer e embelezamento.

Embora a ideia de espaços povoados de plantas, flores e animais de rara beleza, onde o homem desfruta de momentos de felicidade e bem-estar remonte à descrição do Paraíso, só no Império Persa se encontram referências a jardins tal como hoje são concebidos.

Os espaços verdes persas, assírios e egípcios apareciam sempre associados aos palácios reais e aos templos. Embora pudessem funcionar como moderadores microclimáticos, esta função não era preconcebida e quase sempre surgiam como espaços pitorescos e acolhedores. Os assírios criaram extensas áreas ajardinadas onde instalaram reservas animais e aves exóticas. Neles procura-se filiar os actuais jardins zoológicos.

No Egipto, as áreas ajardinadas apresentavam uma estreita relação com a agricultura. Isoladas do exterior por um muro, organizavam-se em função de um tanque rectangular, rodeado de canteiros com formas geométricas.

Os jardins gregos tiveram também um papel utilitário e religioso. A estrutura predominante era simétrica, ordenada em função da água, mas no conjunto apresentavam um aspecto modesto. Contudo é nesta região do mundo antigo que pela primeira vez os espaços livres assumem uma função pública ao serem considerados como lugares de lazer e de convívio da população em dias de festas religiosas.

No período romano introduzem-se inovações importantes na composição e uso dos jardins. Adaptando-se com facilidade a topografias acidentadas, o jardim romano teve como elemento fundamental a água que emergia em canteiros com formas geométricas. Esta composição está bem representada em Conimbriga, onde o jardim central dispõe de 400 saídas de água entre canteiros cujo desenho obedece ao esquema geral.

Os estudiosos da arte paisagística pensam que durante o Império Romano o uso dos jardins foi um luxo reservado aos estratos sociais mais elevados. Todas as *villas* tinham um espaço verde de grandes dimensões. As mais modestas possuíam pelo menos um átrio ou pátio com arbustos rodeando um tanque de água que ocupava, na composição, uma posição central.

Mas se à Grécia se pode atribuir o aparecimento do espaço livre de uso público, em Roma o jardim surge como parte integrante da residência, embora, com o declínio do Império Romano, as grandes áreas verdes, então propriedade da nobreza, fossem progressivamente transformadas em espaços livres ao serviço da comunidade urbana.

Tal como noutros aspectos, a queda do Império Romano acarretou a redução da importância das zonas verdes e as condições de vida

impostas pelas invasões bárbaras reduziram a jardinagem ao cultivo de plantas medicinais e árvores de frutos no interior dos conventos e dos castelos.

Espaço fechado, de isolamento e intimidade, o jardim árabe tinha também como elemento principal a água, em torno da qual se dispunham, de forma assimétrica, os canteiros com traçados regulares. A civilização árabe constrói espaços verdes inspirada nos modelos romanos, nos quais se misturam elementos de tradição persa.

Com a ocupação dos territórios que pertenceram a impérios orientais, os árabes assimilaram as técnicas de regas e canalizações utilizadas naquelas paragens, bem como o gosto pelo fausto e, em todas as suas obras, manifestaram a preocupação de evidenciar prestígio.

Os primeiros trabalhos corresponderam a jardins de pequena escala e, mesmo quando tratam vastas superfícies, estas são subdivididas em parcelas que se relacionam por caminhos estreitos, pavimentados com cerâmica. A água, quando incorporada na composição, é usada de forma abundante com o objectivo de refrescar o ambiente.

A utilização destes jardins com carácter íntimo e para relaxamento tem a sua expressão máxima na Península Ibérica. Em Alhambra, por exemplo, da congregação do modelo muçulmano com o hispano medieval resulta uma bela associação da arquitectura com a natureza. São também de destacar como obras monumentais o Alcazar de Sevilha e o Palácio do Sultão em Marrocos.

A influência árabe manifestou-se ainda, no Sul da Península, na organizações de espaços livres, fechados e de menores dimensões, que hoje se designam por pátios andaluzes.

Nos primeiros burgos medievais europeus os pátios e jardins têm pouca importância como áreas de lazer e o abastecimento de produtos agrícolas constitui a sua principal actividade. Estes hortos desenvolvem-se à ilharga dos palácios e das casas senhoriais. Com uma população predominantemente rural, os aglomerados medievais dispunham de áreas verdes suficientes para desfrutarem de um bom equilíbrio ambiental. Por isso não apareceram grandes espaços públicos abertos e os locais de convívio da população localizaram-se em praças ou extra-muros, junto às portas das cidades.

Em Portugal, no séc. XV, os espaços exteriores mantêm-se como hortos e, segundo as gravuras da época, correspondiam a quintais, de planta rectangular, fechados por altos muros. Os de maiores dimensões, pertencentes à nobreza e à corte, tinham características idênticas aos padrões descritos, como se pode constatar no Paço da Vila de Sintra (1405-1433) e nos Paços de Almeirim (1411).

Até então a história mostra que os jardins, embora por vezes se apresentassem como complementos da arquitectura, quase sempre são independentes desta.

Mas, no Renascimento, com as investigações sobre as civilizações greco-romanas, a arquitectura retoma os cânones de Vitruvius e as perspectivas da pintura vão influenciar a estrutura e a composição dos

jardins. Pela primeira vez o arquitecto intervém neste espaço e, apoiado na geometria, define traçados regulares e marca a composição com as leis de perspectiva.

Os estratos sociais mais elevados alojam-se em pontos de elevada altitude e os jardins anexos às suas residências adaptam-se à topografia dos terrenos. Esta adaptação origina o aparecimento de desníveis e rampas que são resolvidos com escadas que facilmente se integram na arquitectura e constituem um excelente suporte para as peças de escultura.

Relegando para segundo plano a função de espaços de repouso que os jardins haviam tido até então, as composições renascentistas são concebidas de modo a definir vastos e espectaculares cenários. Estes são reforçados pela presença da água que, pelo recurso a fontes de grandes dimensões e trabalhadas pelos melhores artistas da época, apresenta agora um tratamento diferente do que fora utilizado pela civilização árabe.

Obedecendo a este esquema geral, os jardins franceses são os que, na época, ocupam as maiores extensões. Neles acentua-se a procura da perspectiva e da composição cenográfica, que encontra o seu expoente máximo em Versalhes.

Os jardins e espaços verdes deste período foram construídos pela nobreza e pelas altas hierarquias da Igreja, constituindo uma manifestação do tipo da vida daquela época, em que a imagem da corte era primordial. Em França, procurava-se então transladar para o exterior a vida dos palácios, o que parece justificar o abandono da natureza como elemento fundamental da composição.

A literatura sobre a arte paisagística tem violentas críticas aos jardins franceses do século XVII pela sua monumentalidade, pela falta de qualidades como espaços de passeio e de repouso. Contudo, estas intervenções têm de se enquadrar na época, pois foram concebidas para assombrar e servir de suporte e de referência a um espectáculo de grandiosidade.

As cidades do Renascimento não dispuseram de elementos paisagísticos relevantes nem de sistemas de zonas verdes. Pelo contrário, mantiveram a sua estrutura compacta, fechada por muralhas. Esta estrutura era interrompida por praças e espaços definidos geometricamente, integrando edifícios ou monumentos. Todavia eles não definiam áreas ajardinadas traçadas em função da estética urbana. Vastos espaços, como a Praça de S. Pedro em Roma ou a Vendôme em Paris, carecem de elementos verdes na sua composição mas, estas praças, que parecem ser o reflexo dos jardins da corte na cidade, são do agrado das populações e constituem os espaços públicos urbanos mais importantes de então.

Em Portugal, o arranjo dos espaços exteriores passa a receber maior atenção a partir do século XVI. O culto das plantas generalizou-se e foi enriquecido pela introdução de novos elementos provenientes das diferentes partes do mundo. Chafarizes como o do Claustro do Mosteiro

de Santa Cruz em Coimbra e o de S. João de Tarouca deixam transparecer as influências do Renascimento italiano. Outros, menos ricos do ponto de vista plástico, distribuem-se pelos claustros térreos ou lajeados, decorados com vasos de cantaria. São exemplos os do Convento de Santa Clara, em Évora, o de Jesus, em Aveiro, o de Cucujães, em Oliveira de Azeméis e de Refoios em Ponte de Lima.

A importância do jardim ultrapassou as muralhas das cidades e o interior dos conventos. Muitas quintas, localizadas perifericamente, encheram-se de recantos pitorescos e artisticamente cuidados, enquanto as praças e largos que vão surgindo, como consequência da expansão dos aglomerados, são arrançados, integrando na maior parte dos casos chafarizes feitos por artistas locais. Um bom exemplo do tratamento paisagístico de uma quinta de recreio, neste período, é o executado no jardim dos Biscainhos, construído no século XVII. Constituído por três terraços separados por muros com alegretes e latadas sustentadas por colunas graníticas, o jardim está povoado de estátuas de cantaria. Os três níveis são ocupados por pomar, horta e jardim, este localizado mais próximo da residência. Muitos outros exemplos podem ser citados (Quinta de Santa Cruz do Bispo em Matosinhos, Quinta de S. Martinho, Cerca de Santa Cruz do Buçaco, Convento de Tibães, etc.) pois as intervenções mais significativas da arte paisagística deste período, no nosso país, foram feitas em quintas de recreio, relembrando a grandiosidade e o prestígio dos *topiarii* dos romanos. Dos chafarizes mencionem-se as obras quinhentistas de Caminha e de Viana do Castelo, da autoria do mestre canteiro João Lopes e os das Portas de Moura e da Praça do Giraldo em Évora.

Simultaneamente, delinearam-se nas cidades alamedas bordejadas de árvores de que são casos modelares a Carreira de Santa Ana em Braga e o campo das Hortas em Lamego, ambas resultantes da iniciativa de bispos.

As criações seiscentistas, de maior esplendor, na composição e estrutura dos espaços exteriores, localizam-se no Sul do país, facto a que não é estranha a presença da corte. No Norte, além de obras significativas nas grutas e nos conventos, são também notáveis os arranjos dos santuários e dos lugares de romaria, nos quais é possível observar uma excelente integração da decoração vegetal, da arquitectura e da escultura.

As obras do século XVIII são marcadas pela procura do natural, que tem como fundamento básico as teorias de BACON e as ideias lançadas por ROUSSEAU. O jardim clássico transforma-se em parque natural e, com o Romantismo, o ordenamento dos espaços verdes, baseado na sensibilidade e no pitoresco, sobrepõe-se à organização clássica que caracterizava o Renascimento. A Inglaterra é pioneira nos novos modelos e a França mostra-se sensível a estas inovações. As leis da época foram usadas com o objectivo de reforçar a impressão de maior profundidade, e a importância do natural é tão grande que, na impossibilidade de o concretizar, fazem-se composições artificiais.

O Norte de Portugal tem o seu período áureo precisamente no século XVIII. Além de intervenções em quintas e em conventos, cidades como o Porto, Braga, Guimarães e Viseu enriqueceram-se com obras notáveis, às quais não foi provavelmente estranho o dinheiro proveniente do Brasil. Lisboa e arredores apresentam também obras de destaque, como os jardins dos Duques de Palmela, de Marvila, os do Conde de Castelo Melhor à Glória, os de Belém, mandados plantar por D. João V, e os da quinta da Bacalhoa em Vila Fresca de Azeitão. Deste século datam ainda a remodelação do Paço Episcopal de Castelo Branco, traçado ao gosto italiano de quinhentos, a Quinta Real de Caxias, a mais famosa cascata portuguesa inserida na Mata de Santa Cruz em Coimbra, o Palácio do Freixo no Porto e a Quinta de Vila Flor, próximo de Guimarães e propriedade dos Condes de Arrochela.

A partir do século XIX a sociedade regista profundas transformações devidas à Revolução Industrial e a ciência passa a contar com um novo ramo — o urbanismo —, que vai originar novas concepções e modelos do tecido urbano. A partir de então, a localização, estrutura e funções dos jardins e espaços verdes ficam sujeitas a outras regras.

O contínuo crescimento da população, traduzido numa densificação e expansão dos aglomerados, as carências de espaços de repouso que os novos ritmos de trabalho exigiam, determinaram as dimensões e os estilos dos espaços públicos exteriores.

Os antigos parques e jardins privados, outrora pertencentes à nobreza, ao clero e à corte, foram sendo progressivamente utilizados pelo povo e, ao longo do século, foi-se impondo a função de utilidade pública como atenuante do impacte que a Revolução Industrial acarretou para os centros urbanos.

Paralelamente, os municípios criaram novos e vastos espaços verdes e, a título de exemplo, citem-se o Hyde Park e o St. James Park, em Londres, o jardim do Bom Retiro em Madrid e o Bois de Vincennes e o Bois de Bologne, em Paris, que adquiriram grande prestígio e popularidade como lugares de passeio e repouso.

O final do século é marcado pelo aparecimento de novas concepções que procuram uma melhor integração dos espaços verdes e da arquitectura. Retomam-se os modelos do século XVIII, seleccionando-se os aspectos mais positivos da experiência paisagística. A localização e o dimensionamento dos jardins e dos parques foi feita de modo a que, no conjunto urbano, se defina um sistema de áreas verdes. Contudo, o surto da urbanização veio alterar as intenções dos urbanistas e modificar as funções desempenhadas pelos jardins no interior dos aglomerados. Remetem-se para segundo plano os aspectos relativos às características específicas da arte paisagística e a definição de estilos para se dar maior atenção ao seu papel no conjunto urbano. A cidade Verde de Le Play, a cidade linear de Soria Mata, a cidade jardim de Howard e a cidade nova de Garnier são referências para as alterações que então se produziram.

Os modelos que se seguiram, centram-se fundamentalmente no conceito de cidade-jardim, e em duas tendências: uma, em que as estruturas urbanas rádio-concêntricas são penetradas pelos espaços verdes; outra, a que correspondem as cidades novas e a cidade radiosa de Corbusier.

A divulgação destes modelos vai impedir que as zonas verdes sejam concebidas individualmente, pois, nas duas tendências, a cidade é considerada como uma interligação de elementos, sistemas e funções.

Quanto ao papel desempenhado pelos espaços verdes, e ainda hoje considerado válido, refere-se a sua acção como elementos reguladores do meio ambiente (embora não constituam a única solução para a resolução dos problemas ambientais) e o papel de suporte físico de uma parte significativa das relações sociais e das actividades de recreio e lazer, contribuindo sobremaneira para melhorar a estética urbana.

A partir da Segunda Guerra Mundial é possível determinar diferentes tipos de sistemas verdes urbanos ajustados aos ritmos de expansão das cidades. Nos aglomerados com um rápido crescimento, os espaços verdes não se apresentam como um sistema coerente, obedecendo a modelos propostos. São antes manchas dispersas sobre e subdimensionadas que contribuem para o desequilíbrio da estrutura urbana.

Por oposição a este conjunto podem encontrar-se zonas verdes hierarquizadas, embora, por vezes, possam não definir verdadeiramente um sistema. Estes surgem organizados em cidades tradicionais de grande dimensão, onde os diferentes planos de ordenamento procuraram integrar as áreas verdes existentes numa topologia definida e ajustada ao modelo espacial urbano proposto. Estes sistemas organizados podem apresentar uma forma anelar ou radial. A primeira está bem exemplificada em Londres, onde existe, ao nível da cidade, um sistema de espaços livres na área vulgarmente conhecida por Grande Londres e outro, conhecido por Cintura Verde Metropolitana, com uma dimensão regional. Como exemplos da segunda, que consiste na definição de eixos verdes radiais, podem citar-se a última proposta de ordenamento feita para Roma ou a estrutura de Toronto, onde, de forma interessante, os condicionamentos físicos impõem um desenvolvimento longitudinal das áreas verdes.

Nas cidades novas é possível integrar os espaços verdes de tal modo que a acessibilidade e a continuidade que lhes são conferidas permitam que se estabeleça uma adequada integração dos espaços verdes na estrutura urbana, uma imprescindível concepção orgânica da cidade e uma inter-relação perfeita entre eles e as áreas edificadas. Exemplificam esta situação Irvine e Milton Keynes com uma estrutura verde linear, definida em função dos eixos viários e Washington New Town, com um sistema de manchas verdes hierarquizadas.

Na actualidade, as zonas verdes correspondem a diferentes tipologias urbanas e a opções diversas de intervenção no espaço, ajustadas ao ritmo diferenciado de crescimento das cidades localizadas em várias áreas do globo.

No futuro, o incremento dos meios de comunicação e da taxa da motorização, as tendências para o aumento dos tempos de ócio e a diminuição do período diário de trabalho, estarão na origem de uma maior procura dos espaços verdes. Estes, numa cidade funcionalmente organizada, serão um dos pontos fulcrais do planeamento, pois deixam de ser encarados apenas como elementos da estética urbana, acentuando-se o seu papel no equilíbrio psicológico da população e do ambiente.

Planear e dimensionar as zonas verdes afigura-se pois fundamental. Do mesmo modo que se determinam limiares mínimos de áreas verdes por habitante, necessários ao bem-estar da população, também devem ser estabelecidos limiares máximos, acima dos quais a vida urbana se despersonaliza de tal modo que se perde o conceito da cidade como espaço de convívio.

Não é fácil estabelecer normas exactas e absolutas sobre a quantificação dos espaços livres, pois as cidades como organismos vivos não se podem enclausurar nos *standards* de planeamento. No entanto, a quantificação pode ser aplicada a certos sectores da vida urbana (por exemplo, na relação jardim/habitação, na programação de espaços desportivos), de modo a reforçar-se a salvaguarda do meio e a conseguir-se uma melhor integração da arquitectura.

MARIA CLARA MENDES